

Handwritten signature and date: (13.4.2011)

Regulamento Eleitoral para Constituição dos Órgãos do Instituto de Educação

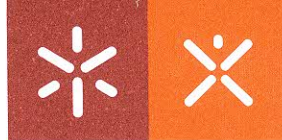
Capítulo I Princípios Gerais

Artigo 1.º (Objectivos)

O presente Regulamento rege as eleições dos representantes dos professores e dos investigadores doutorados, dos representantes dos estudantes e do representante do pessoal não docente e não investigador para o Conselho do Instituto e o Conselho Científico do Instituto de Educação (doravante designado por IE).

Artigo 2.º (Princípios)

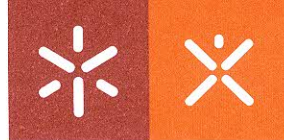
- 1.** As eleições são feitas por sufrágio universal, livre, igual, directo, presencial e secreto, e obedecem aos princípios da liberdade e da igualdade de oportunidades e de tratamento de candidaturas.
- 2.** Salvo disposições em contrário, os membros representantes dos vários corpos nos órgãos de governo do IE são eleitos pelo conjunto dos seus pares.
- 3.** As eleições são realizadas por listas, de harmonia com o sistema de representação proporcional, obedecendo à aplicação do método de *Hondt*, salvo os casos expressamente previstos neste Regulamento.
- 4.** Os actos eleitorais deverão realizar-se até um mês antes do termo dos respectivos mandatos.
- 5.** O Presidente do IE promoverá, até dois meses antes do termo dos mandatos, a marcação dos actos eleitorais.
- 6.** É permitido o voto por correspondência aos Professores, Investigadores e Trabalhadores não docentes do Instituto que se encontrem fora da Universidade, por razões devidamente justificadas, desde que o mesmo seja recebido pela Comissão Eleitoral, até às dezassete horas do dia útil anterior ao acto eleitoral.
- 7.** A organização, condução e fiscalização do processo eleitoral estará a cargo de uma Comissão Eleitoral designada pelo Presidente do IE.
- 8.** Os cadernos eleitorais dos diversos corpos serão afixados em local público do IE e divulgados na respectiva página na Internet.
- 9.** Os cadernos eleitorais serão afixados um mês antes dos actos eleitorais.
- 10.** Cada candidatura apresentada sob a forma de lista, deverá incluir, para além dos membros efectivos, o número de suplentes indicado nas disposições específicas e um número mínimo de quatro subscritores.



- 11.** A apresentação de candidaturas uninominais deverá incluir um número mínimo de quatro subscritores.
- 12.** A não apresentação de listas para a eleição de algum dos corpos dos órgãos previstos na alínea a), b) e c) do n.º 1 do artigo 12.º dos Estatutos do IE, não prejudica o prosseguimento da eleição dos representantes dos outros corpos, procedendo-se nesse caso, à eleição através de votação nominal.
- 13.** Em eleições nominais, cada eleitor deve votar em número de elementos correspondente ao número de representantes efectivos, a eleger para o respectivo órgão.
- 14.** São consideradas eleitas as listas, ou os nomes, que obtiverem, pelo menos, mais de 50% dos votos validamente expressos.
- 15.** Não sendo atingida a maioria referida no número anterior, proceder-se-á a um novo escrutínio, no prazo máximo de uma semana, ao qual serão admitidas as listas ou nomes mais votados, ou aqueles em que se tenha verificado o empate, sendo eleitos aqueles que obtiverem o maior número de votos.
- 16.** Em caso de eleição nominal são eleitos suplentes os elementos que obtiverem maior número de votos, correspondendo aos nomes mais votados, a seguir aos eleitos efectivos, de acordo com a ordenação constante da acta de apuramento dos resultados.

Artigo 3.º **(Universo eleitoral)**

- 1.** Para efeitos do presente regulamento, consideram-se:
 - a)** professores e investigadores: os professores de carreira docente universitária, com grau de doutor, os investigadores doutorados, bem como os doutores que exerçam funções docentes ou de investigação, em regime de tempo integral, com contrato de duração não inferior a um ano, qualquer que seja a natureza do seu vínculo laboral, afectos ao IE, de acordo com o registo da Direcção de Recursos Humanos;
 - b)** estudantes: os estudantes inscritos no 1.º, 2.º ou 3.º ciclos de estudos da Universidade, afectos ao IE, de acordo com o registo dos Serviços Académicos, desde que não estejam vinculados a nenhuma outra instituição de ensino superior;
 - c)** trabalhadores não docentes e não investigadores: os trabalhadores não docentes e não investigadores, em efectivo serviço no IE, e os demais trabalhadores, com contrato de duração não inferior a um ano, qualquer que seja a natureza do seu vínculo, afectos ao Instituto, de acordo com o registo da Direcção de Recursos Humanos.
- 2.** Um eleitor não pode estar inscrito em mais do que um caderno eleitoral, prevalecendo o estatuto de docente, de investigador ou de trabalhador não docente e não investigador, sobre o estatuto de estudante.
- 3.** A inscrição nos cadernos eleitorais constitui presunção da capacidade dos eleitores deles constante, só elegível através de documento autêntico.



CAPÍTULO II

Eleições para os Órgãos do IE

Artigo 4.º

(Eleições para o Conselho do Instituto)

1. Os membros do Conselho do IE, a que se referem as alíneas d), e) e f) do n.º 1 do artigo 14.º dos Estatutos do IE é feita do seguinte modo:

- a)** A eleição dos representantes dos estudantes, em número de três, é feita por listas, integrando um elemento de cada um dos três ciclos de estudo, acrescido de igual número de suplentes para cada um destes ciclos;
- b)** A eleição do representante dos trabalhadores não docentes e não investigadores obedece à apresentação de listas com indicação de um membro efectivo e de dois suplentes;
- c)** A eleição dos representantes dos professores e dos investigadores doutorados, em número de três, é feita mediante a apresentação de listas, com a indicação de três elementos efectivos e três suplentes;

2. Na eleição do representante dos trabalhadores não docentes e não investigadores é eleita a lista que obtive a maioria absoluta dos votos.

Artigo 5.º

(eleição nominal)

1. Se não forem apresentadas listas, as eleições serão nominais, caso em que os eleitores votarão em tantos nomes quanto os representantes a eleger, por votação nominal, com a seguinte especificação:

- a)** na eleição nominal dos professores e investigadores doutorados e trabalhadores não docentes e não investigador os eleitores votarão em tantos nomes quantos os representantes a eleger para cada um dos corpos;
- b)** a eleição nominal dos estudantes será feitas em processos autónomos, em que cada eleitor do 1º, 2º e 3º ciclo de estudos vota num nome dentro do respectivo ciclo de estudos.

Artigo 6.º

(mandatos dos membros do Conselho do Instituto)

1. O mandato dos membros eleitos tem a duração de três anos, no caso dos representantes dos professores e investigadores doutorados e no caso dos trabalhadores não docentes, e de um ano no caso dos representantes dos estudantes.

2. Os membros eleitos pelo respectivo corpo cessam o seu mandato quando, por alguma razão, deixem de pertencer ao corpo que representam.

Artigo 7.º

(Eleição do Presidente do Instituto)

1. O Presidente é eleito pelo Conselho do Instituto, nos termos do nº 1 do artigo 16.º dos Estatutos.

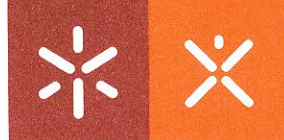
2. A eleição do Presidente obedecerá à apresentação de candidatura, envolvendo a audição pública dos candidatos, com apresentação e discussão dos programas apresentados.



- 3.** A eleição do Presidente deve ocorrer durante o mês seguinte à eleição do Conselho do Instituto ou, em caso de vacatura, dentro do prazo máximo de dois meses após a declaração de vacatura do cargo.
- 4.** Qualquer que seja o número de candidaturas, é eleito Presidente o candidato que obtiver uma maioria absoluta do número estatutário dos membros do Conselho do Instituto.
- 5.** Em caso de não ser atingida a maioria requerida no número anterior, realiza-se uma segunda votação envolvendo o candidato único ou as duas candidaturas mais votadas, sendo eleito o candidato que obtiver o maior número de votos.
- 6.** Na existência de uma segunda votação, a mesma deverá ser efectuada no prazo máximo de cinco dias úteis.
- 7.** Não sendo apresentadas candidaturas, a eleição para o Presidente do Instituto será efectuada por votação nominal, de entre os membros elegíveis, de acordo com os princípios expressos nos números 4 e 5.
- 8.** No caso de ter sido apresentada candidatura única e está não ter obtido a maioria referida no número 4, realizar-se-á um segundo escrutínio, de entre todos os professores elegíveis.
- 9.** Na situação referida no número anterior, será considerado eleito o professore que obtenha mais de 50% dos votos validamente expressos.
- 10.** Caso assim não aconteça, terá lugar o escrutínio entre os dois membros mais votados, sendo então eleito o que obtenha a maioria.

Artigo 8.º **(Eleição do Conselho Científico)**

- 1.** Os membros do Conselho Científico, a que se refere a alínea b) do n.º 1 do artigo 18.º dos Estatutos, são eleitos pelo conjunto dos professores do IE em regime de tempo integral, através de listas, constituídas por treze candidatos efectivos e cinco suplentes, sendo que cada lista deverá integrar representantes das diferentes categorias.
- 2.** Os membros do Conselho Científico a que se refere a alínea c) do n.º 1 do artigo 18.º dos Estatutos, são representantes dos Centros de Investigação do Instituto reconhecidos pelo sistema científico nacional, de acordo com os princípios definidos nos artº 18º e 36º dos referidos Estatutos.
- 3.** O membro do Conselho Científico a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 18.º dos Estatutos é eleito pelo conjunto dos outros docentes e investigadores doutorados do IE, em tempo integral, contratados há mais de um ano.
- 4.** As eleições a que se referem os n.ºs 1 e 3 do presente artigo, adoptarão candidaturas organizadas em listas, sendo eleita, no caso referido no número anterior, a que obtiver a maioria absoluta dos votos.
- 5.** Se não forem apresentadas listas, as eleições serão por votação nominal, de acordo com os princípios enunciados nos n.ºs 12 e seguintes do artº 2º do presente Regulamento.



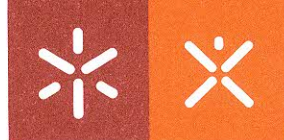
Artigo 9.º
(Substituições)

- 1.** As vagas que ocorram no Conselho do Instituto e no Conselho Científico são preenchidas pelos elementos que figuram nas respectivas listas segundo a ordem nelas indicada.
- 2.** No caso em que a eleição tiver sido nominal, e houver necessidade de substituição, o mandato será completado pelo elemento que tiver obtido o seguinte maior número de votos, de acordo com a ordenação da acta de apuramento dos resultados.
- 3.** Os novos titulares apenas completam os mandatos dos membros que substituem.

CAPÍTULO III
Comissão Eleitoral

Artigo 10.º
(Composição e funções da Comissão Eleitoral)

- 1.** A condução dos actos do processo eleitoral, a fiscalização da sua regularidade e o apuramento final dos resultados da votação competem a uma Comissão Eleitoral, a designar pelo Presidente do Instituto.
- 2.** A Comissão Eleitoral será constituída por dois professores Doutorados, por um estudante, e por um membro do pessoal não docente e não investigador, sendo presidida pelo Professor de categoria mais elevada e de maior antiguidade.
- 3.** Compete à Comissão Eleitoral:
 - a)** verificar a elegibilidade dos candidatos e dos elementos das listas candidatas;
 - b)** decidir da admissibilidade das candidaturas;
 - c)** publicitar, para efeitos de reclamação, as candidaturas admitidas e não admitidas, fundamentando, no último caso, as razões da não admissão;
 - d)** publicitar as candidaturas admitidas;
 - e)** distribuir os espaços e respectivo tempo de utilização, por cada uma das candidaturas para efeitos de campanha eleitoral;
 - f)** constituir e organizar as mesas de voto;
 - g)** decidir sobre as questões suscitadas no decurso do processo eleitoral;
 - h)** decidir sobre as reclamações oportunamente apresentadas;
 - i)** assegurar a legalidade e a regularidade do acto eleitoral;
 - j)** proceder ao apuramento final dos resultados da votação e elaborar a respectiva acta a enviar ao Presidente do IE.
- 4.** Das decisões da Comissão Eleitoral caberá recurso para o Presidente do IE, no prazo máximo de dois dias úteis, contados a partir da respectiva notificação ou publicitação.



CAPÍTULO IV

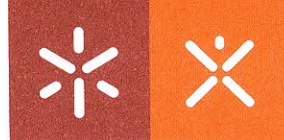
Normas Eleitorais

Artigo 11.º (Cadernos eleitorais)

- 1.** O Presidente do Instituto promoverá a elaboração e publicação dos cadernos eleitorais relativos aos professores e investigadores e ao pessoal não docente e não investigador, com vínculo ao IE, e aos estudantes de cursos afectos ao IE, considerando os diferentes corpos e órgãos a que respeitam as eleições.
- 2.** Dos cadernos eleitorais dos professores e investigadores, dos estudantes e dos trabalhadores não docentes e não investigador, devem constar os nomes completos, dispostos por ordem alfabética, além das seguintes especificações:
 - a)** Relativamente aos professores e investigadores e aos trabalhadores não docentes e não investigadores, a indicação da situação contratual e, quando aplicável, da categoria e do Departamento a que pertencem;
 - b)** Relativamente aos estudantes, a indicação do número mecanográfico e do ciclo de estudos que frequentam.
- 3.** Os cadernos eleitorais provisórios serão afixados com a antecedência mínima de um mês relativamente ao acto eleitoral, no IE, em local visível, sendo também divulgados na página do Instituto, na Internet.
- 4.** No prazo de três dias úteis a contar da data de afixação, podem os interessados reclamar do teor dos cadernos eleitorais provisórios, com fundamento em omissão ou inscrição indevida.
- 5.** As reclamações são decididas, no prazo de três dias úteis, pela Comissão Eleitoral.
- 6.** Decididas as reclamações, ou não as havendo, decorrido o prazo fixado para o efeito, são organizados, afixados e divulgados os cadernos eleitorais definitivos.
- 7.** Dos cadernos eleitorais definitivos são extraídas as cópias necessárias para uso dos escrutinadores das mesas de voto.

Artigo 12.º (Apresentação, verificação e admissão de listas e candidaturas)

- 1.** A apresentação de candidaturas, será realizada até três dias úteis após a afixação dos cadernos eleitorais definitivos.
- 2.** Recebidas as candidaturas, a Comissão Eleitoral verifica, no prazo de três dias úteis, contados da data da sua apresentação, a existência de irregularidades processuais e a elegibilidade dos candidatos.
- 3.** Verificando-se irregularidades processuais, o candidato ou cabeça de lista será imediatamente notificado para as suprir no prazo máximo de dois dias úteis.
- 4.** Se o candidato ou cabeça de lista não suprir as irregularidades existentes, no prazo indicado, a candidatura será rejeitada.



5. Os candidatos podem apresentar reclamação fundamentada à Comissão Eleitoral, da decisão de admissão ou exclusão das listas, no prazo de dois dias úteis, contados a partir da respectiva comunicação.
6. Decididas as reclamações e após o termo da respectiva apresentação, não as havendo, a Comissão Eleitoral torna públicas as listas definitivas.

CAPÍTULO V

Campanha Eleitoral

Artigo 13.º (Campanha eleitoral)

1. A campanha eleitoral inicia-se às 0h00 do sétimo dia anterior à data das eleições e termina 24h00 antes do início do acto eleitoral.
2. No período reservado para a campanha eleitoral, os candidatos ou listas podem realizar sessões de esclarecimento, devendo propor a marcação das respectivas datas e a reserva do local junto da Comissão Eleitoral, após a aceitação da candidatura.
3. A rede interna de comunicações da Universidade pode ser utilizada para a divulgação das actividades de campanha eleitoral, sendo cada candidato ou lista responsável pelos conteúdos que disponibilizar.

CAPÍTULO VI

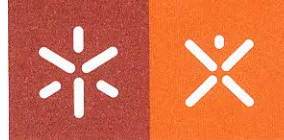
Assembleia de voto e Acto eleitoral

Artigo 14.º (Mesa de voto)

1. A assembleia de voto é constituída por mesas de voto, localizadas nas instalações do Instituto, a funcionarem, para efeitos da votação, das nove às dezoito horas.
2. As mesas de voto são constituídas por um presidente efectivo, um presidente suplente, dois vogais efectivos e dois vogais suplentes, a designar pela Comissão Eleitoral, incluindo obrigatoriamente um professor ou investigador, que presidirá, um estudante e um membro do pessoal não docente e não investigador.
3. Em cada mesa de voto há urnas separadas para os diferentes corpos e para os diferentes órgãos.
4. As designações dos candidatos e das listas concorrentes, bem como, os nomes que as integram serão afixados junto da cabine de voto.

Artigo 15.º (Funcionamento das mesas de voto)

1. Para a validade das operações eleitorais exige-se a presença do presidente da mesa ou do seu suplente e de dois vogais.
2. As deliberações das mesas de voto são tomadas por maioria absoluta.



3. Das deliberações das mesas de voto pode reclamar-se para a Comissão Eleitoral, que decidirá no prazo máximo de quarenta e oito horas.

Artigo 16.º
(Boletins de voto)

- 1.** Os boletins de voto serão editados em papel liso, com forma rectangular e diferentes cores para cada um dos corpos eleitorais e para cada um dos órgãos do IE, os quais conterão as designações dos candidatos ou listas concorrentes.
- 2.** Quando as eleições para os corpos de docentes, investigadores não docentes e trabalhadores não docentes e não investigador forem nominais, os boletins de voto conterão os nomes dos elegíveis nos moldes a definir pela Comissão Eleitoral.
- 3.** Caso existam eleições nominais para os corpos de estudantes, os boletins de voto deverão incluir as quadriculas necessárias para a indicação dos respectivos números mecanográficos.

Artigo 17.º
(Votação)

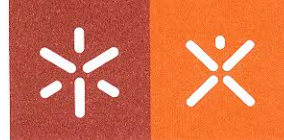
- 1.** Os eleitores votam na mesa em que estão inscritos e exercem o seu direito de voto por ordem de chegada.
- 2.** Ao apresentarem-se, os eleitores identificam-se através de documento pessoal onde conste a respectiva fotografia.
- 3.** Verificada a inscrição nos cadernos eleitorais, será entregue o boletim de voto.
- 4.** O boletim de voto será preenchido em cabine própria ou local adequado ao seu carácter secreto.

Artigo 18.º
(Votação por correspondência)

- 1.** A votação por correspondência é permitida aos Professores, Investigadores e Trabalhadores não docentes do IE que se encontrem fora da Universidade, por motivos devidamente justificados.
- 2.** A justificação da ausência será comunicada ao Presidente da Comissão Eleitoral, até quarenta e oito horas antes da data das eleições.
- 3.** Os Boletins de voto para o acto da eleição em que o membro tenha capacidade eleitoral serão requisitados ao Presidente da Comissão Eleitoral, num prazo nunca inferior a quarenta e oito horas após o término dos períodos

Artigo 19.º
(Votos em branco e votos nulos)

- 1.** Corresponde a voto em branco o boletim que não tenha sido objecto de qualquer marca.
- 2.** São considerados votos nulos:
 - a)** os correspondentes a boletins nos quais conste a indicação de voto e mais do que uma lista candidata, ou



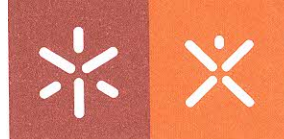
- b)** os correspondentes a boletins em que o sinal inscrito suscite dúvidas sobre o seu verdadeiro significado;
- c)** aqueles em cujo boletim tenha sido feito qualquer corte, desenho ou rasura.

Artigo 20.º **(Apuramento dos votos)**

- 1.** Após o encerramento do período de votação referido no número 1, artigo n.º 20 do presente Regulamento, ou concluída a votação, os membros da mesa de voto procederão à contagem dos votantes pelas descargas efectuadas nos cadernos eleitorais.
- 2.** Concluída a contagem dos votantes, serão abertas as urnas, a fim de se conferir o número de boletins de voto entrados.
- 3.** Em seguida, a mesa procede à contagem provisória do número de votantes, do número de votos entrados, do número de votos obtidos por cada uma das candidaturas ou membro elegível, e do número de votos brancos ou nulos.
- 4.** Após a contagem referida no número anterior, será elaborada a respectiva acta, que será imediatamente entregue pelo Presidente da mesa à Comissão Eleitoral.
- 5.** Os boletins de voto separados por corpos e órgãos, bem como toda a restante documentação relativa à votação, serão entregues à Comissão Eleitoral, em envelope fechado e assinado no exterior por todos os elementos da mesa, no dia da votação.
- 6.** A Comissão Eleitoral confirmará os resultados apurados na contagem provisória e elaborará uma acta para homologação pelos órgãos competentes.
- 7.** Os resultados apurados serão afixados nos locais indicados pela Comissão Eleitoral e divulgados na página oficial do Instituto de Educação, na Internet.
- 8.** Em todas as eleições a que se aplica este regulamento serão considerados como votos validamente expressos todos os boletins de voto preenchidos correctamente ou que se encontrem em branco, sendo que os votos nulos não serão considerados como “validamente expressos”.

Artigo 21.º **(Acta da mesa de voto)**

- 1.** A acta referida no número 4 do artigo anterior incluirá, obrigatoriamente, os seguintes elementos:
 - a)** os nomes dos membros da mesa;
 - b)** a hora de abertura e de encerramento da votação e local em que a mesma decorreu;
 - c)** o número total de eleitores inscritos e de votantes;
 - d)** o número de votos em branco e de votos nulos;
 - e)** o número de votos obtidos por cada candidatura ou elemento elegível;
 - f)** a identificação dos boletins sobre que haja havido reclamações;
 - g)** as eventuais divergências de contagem dos votos;
 - h)** as reclamações e protestos;
 - i)** as deliberações tomadas pela mesa;
 - j)** quaisquer outras ocorrências que sejam consideradas por qualquer dos presentes dignas de menção.
- 2.** A acta deve ser rubricada e assinada por todos os membros da mesa de voto.
- 3.** Qualquer elemento da mesa poderá lavrar protestos na acta contra as decisões tomadas.



Artigo 22.º

(Apuramento final e publicação dos resultados)

- 1.** A Comissão Eleitoral reúne no prazo máximo de setenta e duas horas após o fecho das mesas de voto, para apreciar e decidir das reclamações apresentadas e para apuramento dos resultados finais.
- 2.** A Comissão Eleitoral verificará todos os documentos provenientes da mesa, elaborando, com base neles, a acta final, onde constará a soma dos votos que couberem a cada lista, e por aplicação do método *Hondt*, a conversação dos votos em mandatos bem ainda, a soma dos votos de cada candidatura, ou elemento elegível, com a respectiva ordenação e identificação dos candidatos ou membros eleitos.
- 3.** No caso da eleição do representante dos trabalhadores não docentes e não investigadores e no da eleição do membro do Conselho Científico referido no n.º 3 do art.º 8.º, se as listas mais votadas obtiverem o mesmo número de votos, tem lugar o novo escrutínio, entre elas, no prazo de uma semana, considerando-se eleita a mais votada.
- 4.** Se a eleição tiver sido nominal, observar-se-á o seguinte:
 - a)** Na acta referida no n.º 2 contarão os nomes dos elementos mais votados e a soma dos votos registados nas mesas de voto, por ordem decrescente, com a indicação dos representantes eleitos, para cada um dos corpos;
 - b)** Salvo disposição em contrário, serão eleitos os elementos que tiverem obtido uma percentagem superior a 50% dos votos validamente expressos;
 - c)** Caso não tenha sido obtida a percentagem anteriormente referida, procede-se a um segundo escrutínio, no prazo de uma semana, ao qual serão admitidos os nomes mais votados, em número igual ao dobro correspondente ao número de representantes a eleger, do respectivo corpo, sendo então considerados eleitos os mais votados.
- 3.** Será dada a devida publicidade à acta através da afixação nos locais habituais e da página do IE na Internet.
- 4.** A acta será enviada aos ao Presidente do Instituto para homologação dos resultados.

CAPÍTULO VII

Disposições finais

Artigo 23.º

(Dúvidas e casos omissos)

A Comissão Eleitoral resolverá as dúvidas e os casos omissos suscitados na interpretação e aplicação do presente Regulamento.

Artigo 24.º

(Entrada em vigor do Regulamento)

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte ao da sua homologação pelo Presidente do Instituto.